

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Assembléia Legislativa de Goiás

Avança criação de cotas para negros em concursos estaduais | Portal da Alego

Avança criação de cotas a pessoas negras em concursos estaduais | Portal da Alego

Atricon

Rede SGG realiza reunião remota com os secretários dos Tribunais de Contas

Ibraop

Membros do Ibraop participam do XI Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal - Ibraop

Jornal do Vale

Avança criação de cotas a pessoas negras em concursos estaduais

Avança criação de cotas para negros em concursos estaduais | Portal da Alego

Avança criação de cotas para negros em concursos estaduais

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, em primeira fase de discussão e votação, proposta do Executivo que cria cotas para candidatos negros em concursos públicos e processos seletivos do Governo Estadual. De acordo com o projeto de lei, serão reservados 20% do total das vagas oferecidas nos certames. A proposta motivou discussões entre os deputados, que ocuparam a tribuna para debater o tema com argumentos contrários e favoráveis. O assunto deve voltar à pauta na próxima plenária, nesta terça-feira, 15.

Destacou-se na lista de projetos aprovados da sessão ordinária desta segunda-feira, 14, iniciativa do Governo Estadual que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos ou processos seletivos simplificados para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos no Poder Executivo do Estado de Goiás (processo nº 7651/25). A votação teve 19 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Atualmente, as cotas para candidatos negros aplicam-se em universidades e concursos federais e na Universidade Estadual de Goiás (UEG), mas não em concursos públicos estaduais goianos. Isso ocorrerá caso o projeto receba uma segunda aprovação em Plenário e seja, em seguida, sancionado pelo governador Ronaldo Caiado (UB), propositor da matéria.

O objetivo, consta na exposição de motivos do projeto, "é promover maior inclusão e equidade no acesso da população negra ao trabalho no serviço público".

Conforme o Censo Demográfico 2022, do IBGE, 54% dos goianos se autodeclaram pardos, e 9%, pretos, compondo 63% de população negra no estado. Há, porém, ressalta a Secretaria de Estado da Administração, uma sub-representação dessa parcela da população no serviço público estadual, em que seriam apenas 36%, segundo dados do Observatório de Pessoal.

Saiba mais aqui sobre os principais pontos do projeto.

Debate

Os deputados se manifestaram contrários e favoráveis à matéria.

Amauri Ribeiro (UB) problematizou a duplicidade do sistema de cotas para candidatos que eventualmente entrarem na

universidade pública por cotas e depois passarem como cotistas em um concurso público. Ele também questionou possíveis injustiças em relação a candidatos pretos de famílias com renda mais alta e desestímulo ao mérito e ao estudo.

"Vai contra tudo que eu defendo. Para mim racismo é dizer que alguém merece uma chance maior pela sua cor", declarou. Ele consentiu ser preciso "recompensar o que aconteceu no passado", mas que "não é essa a forma correta". Ribeiro sustentou, ainda, que muitos concursos públicos, com salários de R$ 3 a R$ 7 mil, são prestados por "pessoas simples, estudantes de escola pública", que não deveriam perder, pela cor, a vaga "para uma pessoa que às vezes não quis estudar".

Bia de Lima (PT) defendeu o projeto. "As cotas no Brasil vêm fazendo um trabalho extraordinário da superação da exclusão e da discriminação", afirmou, argumentando que elas garantem "acesso, permanência e oportunidade".

Major Araújo (PL) criticou o projeto, mencionando o deputado Coronel Adailton (Solidariedade) como alguém que não dependeu de cotas. "Ele é negro e passou no mesmo concurso que eu [da Polícia Militar]. Teve sua formação na escola pública, assim como eu. Ele foi o primeiro colocado da turma e exerceu as principais funções na Polícia", destacou, para em seguida pontuar que "a cota pode parecer que, em dado momento, resolve o problema, mas invariavelmente o piora", porque pode desestimular o estudo e "mata o mérito".

Mauro Rubem (PT) fez coro à Bia de Lima e defendeu a proposição. "A situação aqui é a seguinte: Você pega os 500 anos em que o Brasil existe, quantos anos os negros foram escravos e só tinham a senzala e um prato de comida?", questionou. Para, em seguida, afirmar que, após a abolição da escravatura, nenhuma retratação foi realizada, "e ainda foram substituídos por mão de obra branca europeia no processo de industrialização do Brasil".

O deputado disse ser preciso "também discutir profundamente outros pontos", como a melhoria do ensino, que passa pelo "pagamento do piso aos professores, não [deixar] faltar funcionários" e prover alimentação aos estudantes.

Wagner Camargo Neto (SD) reconheceu o aspecto polêmico da pauta e optou por ser abster na votação. Entretanto, também se posicionou contrário à matéria, argumentando pela meritocracia ante os argumentos raciais. O parlamentar apontou outras variáveis a serem consideradas, como diferenças econômicas, sociais e realidades distintas. "Apesar de considerar a meritocracia fator determinante, vou me abster a respeito da cota de raça", declarou.

Matéria viabiliza instalação de 11 restaurantes na OVG

Outras matérias da Governadoria foram chanceladas, como o projeto de lei complementar nº 7650/25, que abre crédito especial aos encargos gerais do Estado. O objetivo é viabilizar a execução das despesas decorrentes de contrato de gestão celebrado com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), prevendo-se "o oferecimento de auxílio financeiro referente ao que for necessário à instalação de 11 novas unidades do Restaurante do Bem". Assim, abre-se um crédito especial de R$ 176.558,00 em favor da organização.

Também foi validada em definitivo a proposição nº 8110/25, que concede revisão geral anual da remuneração aos servidores da Defensoria Pública do Estado (DPE). O aumento, de 4,83%, é relativo à data-base de 2025 e vigorará a partir de 1º de maio de 2025.

Igualmente aprovadas em escrutínio final, dois projetos da Mesa Diretora promovem alterações no funcionamento do Legislativo goiano - o de nº 4522/25, que altera a Estrutura Administrativa da Casa de Leis, e o de nº 7605/25, que altera o Regimento Interno.

O Plenário também deu a anuência final ao projeto de lei nº 7902/25, de Coronel Adailton (Solidariedade) e do presidente da Assembleia, Bruno Peixoto (UB), que institui o Dia Estadual da Mulher Motociclista, incluindo-o no Calendário Cívico, Cultural e Turístico goiano.

Gestão estadual da saúde gera debate

O principal tema do Pequeno Expediente foi a gestão do Secretário de Saúde de Goiás, Rasivel dos Reis. Ele compareceria à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento nesta terça-feira, 15, mas cancelou sua vinda por motivos pessoais, segundo informou o líder do governo na Assembleia, Talles Barreto (UB).

Gustavo Sebba (PSDB) afirmou que uma Organização Social de Saúde (OSS), a Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), que está à frente de diversos hospitais goianos, teria sido contratada sem o respeito aos trâmites legais e é réu em ações penais por crimes como corrupção e improbidade administrativa. "Está na hora de esta Casa mostrar uma posição, é nossa obrigação fiscalizar", disse, sustentando que o secretário deveria ser convocado e não convidado a comparacer na Casa.

Mesmo sendo da base governista, Amauri Ribeiro fez coro às palavras de Sebba. Quando prefeito de Piracanjuba, afirmou, prestava contas continuamente à Câmara de Vereadores. "Quem não deve não teme. Se o secretário não tem o que temer, não vejo o porquê dessa negativa de prestar esclarecimentos", disse, acrescentando que também gostaria de fazer perguntas a Rasivel, em especial sobre filas na Saúde em Goiás.

Bruno Peixoto defendeu a gestão da Saúde em Goiás. "Nosso governador, Ronaldo Caiado, aplica [na área] mais que o índice constitucional, de 12% do orçamento. Ele aplica 16%", sublinhou. "Na cidade de Posse, não existia acesso à saúde pública com médicos especialistas ou hemodiálise, até que o governo inaugurou lá uma policlínica", exemplificou, mencionando também a inauguração de hospitais e policlínicas em Uruaçu, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Itumbiara. "[Foi] a verdadeira descentralização da Saúde", sintetizou Peixoto.

O presidente ressaltou que o convite precisa respeitar a agenda do secretário. Salientou, ainda, que os requerimentos enviados por deputados foram todos respondidos por Rasivel e que as contas da gestão da Saúde foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). "O que é inadmissível é que o secretário venha aqui para palanque político", disse.

Na discussão de matérias, Mauro Rubem retomou o tema. Ele problematizou as filas em Goiás e questionou a destinação do gasto em Saúde acima do previsto. "É vergonhoso a Secretaria de Estado da Saúde fechar um espaço próprio e pagar aluguel de prédios luxuosos no Centro de Goiânia, como é o caso da Superintendência de Regulação", criticou.

Entre outras falas, Clécio Alves (Republicanos) criticou a gestão do prefeito da capital, Sandro Mabel (UB); Issy Quinan celebrou inauguração da duplicação da GO-010; e Bia de Lima questionou morosidade em decisão do Incra que pode beneficiar 124 famílias em Jataí.

Avança criação de cotas a pessoas negras em concursos estaduais | Portal da Alego

Avança criação de cotas a pessoas negras em concursos estaduais

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, em primeira fase de discussão e votação, proposta do Executivo que cria cotas para candidatos negros em concursos públicos e processos seletivos do Governo Estadual. De acordo com o projeto de lei, serão reservados 20% do total das vagas oferecidas nos certames. A proposta motivou discussões entre os deputados, que ocuparam a tribuna para debater o tema com argumentos contrários e favoráveis. O assunto deve voltar à pauta na próxima plenária, nesta terça-feira, 15.

Destacou-se na lista de projetos aprovados da sessão ordinária desta segunda-feira, 14, iniciativa do Governo Estadual que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos ou processos seletivos simplificados para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos no Poder Executivo do Estado de Goiás (processo nº 7651/25). A votação teve 19 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Atualmente, as cotas para candidatos negros aplicam-se em universidades e concursos federais e na Universidade Estadual de Goiás (UEG), mas não em concursos públicos estaduais goianos. Isso ocorrerá caso o projeto receba uma segunda aprovação em Plenário e seja, em seguida, sancionado pelo governador Ronaldo Caiado (UB), propositor da matéria.

O objetivo, consta na exposição de motivos do projeto, "é promover maior inclusão e equidade no acesso da população negra ao trabalho no serviço público".

Conforme o Censo Demográfico 2022, do IBGE, 54% dos goianos se autodeclaram pardos, e 9%, pretos, compondo 63% de população negra no estado. Há, porém, ressalta a Secretaria de Estado da Administração, uma sub-representação dessa parcela da população no serviço público estadual, em que seriam apenas 36%, segundo dados do Observatório de Pessoal.

Saiba mais aqui sobre os principais pontos do projeto.

Debate

Os deputados se manifestaram contrários e favoráveis à matéria.

Amauri Ribeiro (UB) problematizou a duplicidade do sistema de cotas para candidatos que eventualmente entrarem na

universidade pública por cotas e depois passarem como cotistas em um concurso público. Ele também questionou possíveis injustiças em relação a candidatos pretos de famílias com renda mais alta e desestímulo ao mérito e ao estudo.

"Vai contra tudo que eu defendo. Para mim racismo é dizer que alguém merece uma chance maior pela sua cor", declarou. Ele consentiu ser preciso "recompensar o que aconteceu no passado", mas que "não é essa a forma correta". Ribeiro sustentou, ainda, que muitos concursos públicos, com salários de R$ 3 a R$ 7 mil, são prestados por "pessoas simples, estudantes de escola pública", que não deveriam perder, pela cor, a vaga "para uma pessoa que às vezes não quis estudar".

Bia de Lima (PT) defendeu o projeto. "As cotas no Brasil vêm fazendo um trabalho extraordinário da superação da exclusão e da discriminação", afirmou, argumentando que elas garantem "acesso, permanência e oportunidade".

Major Araújo (PL) criticou o projeto, mencionando o deputado Coronel Adailton (Solidariedade) como alguém que não dependeu de cotas. "Ele é negro e passou no mesmo concurso que eu [da Polícia Militar]. Teve sua formação na escola pública, assim como eu. Ele foi o primeiro colocado da turma e exerceu as principais funções na Polícia", destacou, para em seguida pontuar que "a cota pode parecer que, em dado momento, resolve o problema, mas invariavelmente o piora", porque pode desestimular o estudo e "mata o mérito".

Mauro Rubem (PT) fez coro à Bia de Lima e defendeu a proposição. "A situação aqui é a seguinte: Você pega os 500 anos em que o Brasil existe, quantos anos os negros foram escravos e só tinham a senzala e um prato de comida?", questionou. Para, em seguida, afirmar que, após a abolição da escravatura, nenhuma retratação foi realizada, "e ainda foram substituídos por mão de obra branca europeia no processo de industrialização do Brasil".

O deputado disse ser preciso "também discutir profundamente outros pontos", como a melhoria do ensino, que passa pelo "pagamento do piso aos professores, não [deixar] faltar funcionários" e prover alimentação aos estudantes.

Wagner Camargo Neto (SD) reconheceu o aspecto polêmico da pauta e optou por ser abster na votação. Entretanto, também se posicionou contrário à matéria, argumentando pela meritocracia ante os argumentos raciais. O parlamentar apontou outras variáveis a serem consideradas, como diferenças econômicas, sociais e realidades distintas. "Apesar de considerar a meritocracia fator determinante, vou me abster a respeito da cota de raça", declarou.

Matéria viabiliza instalação de 11 restaurantes na OVG

Outras matérias da Governadoria foram chanceladas, como o projeto de lei complementar nº 7650/25, que abre crédito especial aos encargos gerais do Estado. O objetivo é viabilizar a execução das despesas decorrentes de contrato de gestão celebrado com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), prevendo-se "o oferecimento de auxílio financeiro referente ao que for necessário à instalação de 11 novas unidades do Restaurante do Bem". Assim, abre-se um crédito especial de R$ 176.558,00 em favor da organização.

Também foi validada em definitivo a proposição nº 8110/25, que concede revisão geral anual da remuneração aos servidores da Defensoria Pública do Estado (DPE). O aumento, de 4,83%, é relativo à data-base de 2025 e vigorará a partir de 1º de maio de 2025.

Igualmente aprovadas em escrutínio final, dois projetos da Mesa Diretora promovem alterações no funcionamento do Legislativo goiano - o de nº 4522/25, que altera a Estrutura Administrativa da Casa de Leis, e o de nº 7605/25, que altera o Regimento Interno.

O Plenário também deu a anuência final ao projeto de lei nº 7902/25, de Coronel Adailton (Solidariedade) e do presidente da Assembleia, Bruno Peixoto (UB), que institui o Dia Estadual da Mulher Motociclista, incluindo-o no Calendário Cívico, Cultural e Turístico goiano.

Gestão estadual da saúde gera debate

O principal tema do Pequeno Expediente foi a gestão do Secretário de Saúde de Goiás, Rasivel dos Reis. Ele compareceria à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento nesta terça-feira, 15, mas cancelou sua vinda por motivos pessoais, segundo informou o líder do governo na Assembleia, Talles Barreto (UB).

Gustavo Sebba (PSDB) afirmou que uma Organização Social de Saúde (OSS), a Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), que está à frente de diversos hospitais goianos, teria sido contratada sem o respeito aos trâmites legais e é réu em ações penais por crimes como corrupção e improbidade administrativa. "Está na hora de esta Casa mostrar uma posição, é nossa obrigação fiscalizar", disse, sustentando que o secretário deveria ser convocado e não convidado a comparacer na Casa.

Mesmo sendo da base governista, Amauri Ribeiro fez coro às palavras de Sebba. Quando prefeito de Piracanjuba, afirmou, prestava contas continuamente à Câmara de Vereadores. "Quem não deve não teme. Se o secretário não tem o que temer, não vejo o porquê dessa negativa de prestar esclarecimentos", disse, acrescentando que também gostaria de fazer perguntas a Rasivel, em especial sobre filas na Saúde em Goiás.

Bruno Peixoto defendeu a gestão da Saúde em Goiás. "Nosso governador, Ronaldo Caiado, aplica [na área] mais que o índice constitucional, de 12% do orçamento. Ele aplica 16%", sublinhou. "Na cidade de Posse, não existia acesso à saúde pública com médicos especialistas ou hemodiálise, até que o governo inaugurou lá uma policlínica", exemplificou, mencionando também a inauguração de hospitais e policlínicas em Uruaçu, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Itumbiara. "[Foi] a verdadeira descentralização da Saúde", sintetizou Peixoto.

O presidente ressaltou que o convite precisa respeitar a agenda do secretário. Salientou, ainda, que os requerimentos enviados por deputados foram todos respondidos por Rasivel e que as contas da gestão da Saúde foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). "O que é inadmissível é que o secretário venha aqui para palanque político", disse.

Na discussão de matérias, Mauro Rubem retomou o tema. Ele problematizou as filas em Goiás e questionou a destinação do gasto em Saúde acima do previsto. "É vergonhoso a Secretaria de Estado da Saúde fechar um espaço próprio e pagar aluguel de prédios luxuosos no Centro de Goiânia, como é o caso da Superintendência de Regulação", criticou.

Entre outras falas, Clécio Alves (Republicanos) criticou a gestão do prefeito da capital, Sandro Mabel (UB); Issy Quinan celebrou inauguração da duplicação da GO-010; e Bia de Lima questionou morosidade em decisão do Incra que pode beneficiar 124 famílias em Jataí.

Rede SGG realiza reunião remota com os secretários dos Tribunais de Contas

A Rede de Secretários de Governança e Gestão dos Tribunais de Contas (Rede SGG) realizou, na última sexta-feira (11), uma reunião virtual conduzida pelo coordenador-geral da Rede e vice-presidente Executivo da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Joaquim de Castro (TCM-GO). Na ocasião, o conselheiro destacou a importância da criação da Rede SGG e o papel essencial dos secretários no fortalecimento da governança e da gestão dos Tribunais de Contas.

Durante o encontro foram apresentados os novos secretários representantes de diversos TCs, os quais tiveram a oportunidade de compartilhar suas expectativas em relação à Rede. Também houve um agradecimento aos secretários que deixaram seus cargos, em reconhecimento pelo trabalho desempenhado ao longo do período anterior.

Foi destacada, também, a apresentação das entregas realizadas pelos Grupos de Trabalho (GTs), que têm contribuído significativamente para o avanço das iniciativas da Rede. As entregas foram organizadas da seguinte forma:

Entregas de 2025

Elaboração dos Planos do Projeto;

Institucionalização da Rede;

Colaboração com a Rede de Secretários de Tecnologia da Informação (Rede STI) e a Comissão de Inteligência Artificial na elaboração do Catálogo de Soluções em Inteligência Artificial (IA) dos TCs;

Realização de 1 reunião presencial e 10 reuniões online; e

Formação dos Grupos de Trabalho.

Entregas de 2025 (até abril):

Relatório Diagnóstico;

Relatório de Avaliação 2024;

Plano de Ação 2025;

Participação no Evento Nacional do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC);

Reunião de apresentação dos novos secretários;

Realização de 6 reuniões do GT Coordenação; e

Elaboração do documento "Base de Conhecimento de Governança e Gestão - Normativos e Conteúdos".

A secretária-executiva da Rede, Magda Gentil (TCM-GO), apresentou um panorama das entregas e apontou os próximos passos, promovendo um momento de alinhamento entre os participantes.

Ela destacou que o documento intitulado "Base de Conhecimento de Governança e Gestão - Normativos e Conteúdos" , ainda em processo de elaboração pelo Grupo de Trabalho Capacitação e Competências, tem como objetivo centralizar e disponibilizar, por meio de links, normativos, materiais de referência e plataformas especializadas que auxiliam na implementação e no aprimoramento das práticas de governança e gestão. A iniciativa visa proporcionar aos Tribunais de Contas um repositório confiável e acessível, que sirva como fonte de consulta qualificada e como suporte à aplicação de boas práticas no âmbito institucional.

A reunião também contou com a apresentação da boa prática "Sistema de Gestão Integrado e suas rotinas", baseada em certificações ISO (9001, 14001, 27001, 37001 e 37301), conduzida por Vera Zandonadi, do TCE-GO. A apresentação ilustrou o propósito da Rede SGG, a saber, apoiar os Tribunais de Contas no aprimoramento da governança e da gestão, por meio da promoção de iniciativas estruturantes e do compartilhamento de boas práticas. O exemplo do TCE-GO demonstrou como sistemas integrados de gestão, ancorados em padrões internacionais, podem contribuir para maior eficiência, transparência e segurança institucional.

No encerramento, foi reforçado o compromisso coletivo com os objetivos da Rede SGG, destacando a relevância do trabalho colaborativo e da continuidade das ações entre os Tribunais de Contas.

Além dos secretários, estiveram presentes o coordenador técnico da Rede, conselheiro-substituto Flávio Luna (TCM-GO) e o enlace da vice-presidência da Atricon, auditora Priscila Borges (TCM-GO).

Membros do Ibraop participam do XI Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal - Ibraop

O diretor de Relações Institucionais do Ibraop, o auditor federal Rafael Di Bello (TCU), ministrou a palestra "Aplicação dos Normativos do Ibraop em Auditorias de Obras Públicas", nesta quarta-feira (9), durante a realização da nona edição do Seminário de Perícias de Engenharia da Polícia Federal - o XI SPENG.

O evento -- que também contou com a participação do presidente do Conselho Deliberativo, Ricardo Souza Lobo (TCE-GO); do diretor de Eventos, Júlio Uchôa Neto (TCE-PB); e da colaboradora do Ibraop, Silvia Damasceno (TCDF) -- foi iniciado no dia 7 e seguiu até 11 de abril, no Instituto Nacional de Criminalística, em Brasília (DF).

Di Bello iniciou sua apresentação convidando os participantes do evento a submeter artigos técnicos ao XXI Sinaop - o Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas.O evento - organizado pelo Ibraop em parceria com o TCE do Amazonas - será realizado de 18 a 22 de agosto, em Manaus. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas AQUI!

Seguiu citando as normas que dão contorno às auditorias de obras e, dentre as tantas versões da Lei de Licitação Contratos, as Normas do DNIT e Resoluções da Atricon, o diretor do Ibraop destacou a mais antiga: a Norma da Intossai de 1977, a ISSAI nº 1, conhecida como a 'Declaração de Lima'.

"Há quase 47 anos, o documento já dizia da importância das auditorias de obras públicas. Que elas deveriam ser particularmente exaustivas dada a sua materialidade, ou seja, ao volume de recursos financeiros dedicados. E isso não só nos pagamentos das obras, mas também na eficiência, economicidade e qualidade dos produtos entregues", informou.

O palestrante, então, explicou o que é o Ibraop, os membros da diretoria e dos conselhos que o compõem, os estudos temáticos promovidos pelos grupos de trabalho, os materiais técnicos produzidos por seus membros e colaboradores e, por fim, os eventos realizados anualmente: os ENAOPs e SINAOPs.

"O Ibraop, além de elaborar procedimentos de auditoria sobre diferentes tipos de obras, também produz notas e orientações técnicas sobre temas específicos e não contemplados totalmente pela lei", disse Di Bello, que encerrou sua apresentação enumerando outras atividades do Ibraop, enquanto mostrava imagens e notícias do Site do Instituto aos participantes do XI SPENG.

PARCERIA COM A PF -- Os materiais técnicos do Ibraop são utilizados e constantemente citados pelos peritos da Polícia Federal em apresentações de cases em eventos.

Os procedimentos de auditoria de obras rodoviárias do Ibraop, por exemplo, que já haviam sido citados pelo perito criminal Alan de Oliveira Lopes em palestra realizada no 10º Congresso de Engenharia Forense, nos EUA, voltaram a ser mencionados na apresentação do auditor da Controladoria Geral da União, Silvestre Henrique Ferreira Cerejo, durante a XI SPENG.

Clique AQUI e confira a íntegra da apresentação do Ibraop!

Segundo Rafael Di Bello, o perito criminal federal Laércio de Oliveira agradeceu a palestra do Ibraop, se dizendo surpreso com a enorme evolução da produção técnica do Instituto. "Ele disse que compartilhou fotos da minha apresentação com seus colegas, perguntando se eles já conheciam o material, acreditando que ajudaria com algum trabalho. Fiquei feliz com o feedback dele", informou o diretor que acredita não alinhamento entre as instituições: "Ambos estamos trabalhando pelo propósito de fiscalizar a qualidade das obras públicas no país", concluiu.

MAIS PALESTRAS -- Além do diretor de Relações Institucionais, outros dois membros do Ibraop participaram do evento na condição de palestrantes, representando seus respectivos Tribunais de Contas.

O diretor de Eventos do Ibraop, o auditor de controle externo Júlio Uchôa Neto (TCE-PB), falou sobre uma cooperação técnica realizada entre a Polícia Federal e a Corte de Contas Paraibana para auditar os serviços de dragagem do canal de aproximação do porto de cabedelo por batimetria. Ao final da apresentação foi lançado um cordel de autoria do Perito Criminal Federal José Alysson, contanto a história da auditoria em versos.

Avança criação de cotas a pessoas negras em concursos estaduais

Destacou-se na lista de projetos aprovados da sessão ordinária desta segunda-feira, 14, iniciativa do Governo Estadual que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos ou processos seletivos simplificados para o provimento de cargos efetivos e de empregos públicos no Poder Executivo do Estado de Goiás (processo nº 7651/25). A votação teve 19 votos favoráveis, três contrários e uma abstenção.

Atualmente, as cotas para candidatos negros aplicam-se em universidades e concursos federais e na Universidade Estadual de Goiás (UEG), mas não em concursos públicos estaduais goianos. Isso ocorrerá caso o projeto receba uma segunda aprovação em Plenário e seja, em seguida, sancionado pelo governador Ronaldo Caiado (UB), propositor da matéria.

O objetivo, consta na exposição de motivos do projeto, "é promover maior inclusão e equidade no acesso da população negra ao trabalho no serviço público".

Conforme o Censo Demográfico 2022, do IBGE, 54% dos goianos se autodeclaram pardos, e 9%, pretos, compondo 63% de população negra no estado. Há, porém, ressalta a Secretaria de Estado da Administração, uma sub-representação dessa parcela da população no serviço público estadual, em que seriam apenas 36%, segundo dados do Observatório de Pessoal.

Saiba mais aqui sobre os principais pontos do projeto.

Debate

Os deputados se manifestaram contrários e favoráveis à matéria.

Amauri Ribeiro (UB) problematizou a duplicidade do sistema de cotas para candidatos que eventualmente entrarem na universidade pública por cotas e depois passarem como cotistas em um concurso público. Ele também questionou possíveis injustiças em relação a candidatos pretos de famílias com renda mais alta e desestímulo ao mérito e ao estudo.

"Vai contra tudo que eu defendo. Para mim racismo é dizer que alguém merece uma chance maior pela sua cor", declarou. Ele consentiu ser preciso "recompensar o que aconteceu no passado", mas que "não é essa a forma correta". Ribeiro sustentou, ainda, que muitos concursos públicos, com salários de R$ 3 a R$ 7 mil, são prestados por "pessoas simples, estudantes de escola pública", que não deveriam perder, pela cor, a vaga "para uma pessoa que às vezes não

quis estudar".

Bia de Lima (PT) defendeu o projeto. "As cotas no Brasil vêm fazendo um trabalho extraordinário da superação da exclusão e da discriminação", afirmou, argumentando que elas garantem "acesso, permanência e oportunidade".

Major Araújo (PL) criticou o projeto, mencionando o deputado Coronel Adailton (Solidariedade) como alguém que não dependeu de cotas. "Ele é negro e passou no mesmo concurso que eu [da Polícia Militar]. Teve sua formação na escola pública, assim como eu. Ele foi o primeiro colocado da turma e exerceu as principais funções na Polícia", destacou, para em seguida pontuar que "a cota pode parecer que, em dado momento, resolve o problema, mas invariavelmente o piora", porque pode desestimular o estudo e "mata o mérito".

Mauro Rubem (PT) fez coro à Bia de Lima e defendeu a proposição. "A situação aqui é a seguinte: Você pega os 500 anos em que o Brasil existe, quantos anos os negros foram escravos e só tinham a senzala e um prato de comida?", questionou. Para, em seguida, afirmar que, após a abolição da escravatura, nenhuma retratação foi realizada, "e ainda foram substituídos por mão de obra branca europeia no processo de industrialização do Brasil".

O deputado disse ser preciso "também discutir profundamente outros pontos", como a melhoria do ensino, que passa pelo "pagamento do piso aos professores, não [deixar] faltar funcionários" e prover alimentação aos estudantes.

Wagner Camargo Neto (SD) reconheceu o aspecto polêmico da pauta e optou por ser abster na votação. Entretanto, também se posicionou contrário à matéria, argumentando pela meritocracia ante os argumentos raciais. O parlamentar apontou outras variáveis a serem consideradas, como diferenças econômicas, sociais e realidades distintas. "Apesar de considerar a meritocracia fator determinante, vou me abster a respeito da cota de raça", declarou.

Matéria viabiliza instalação de 11 restaurantes na OVG

Outras matérias da Governadoria foram chanceladas, como o projeto de lei complementar nº 7650/25, que abre crédito especial aos encargos gerais do Estado. O objetivo é viabilizar a execução das despesas decorrentes de contrato de gestão celebrado com a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), prevendo-se "o oferecimento de auxílio financeiro referente ao que for necessário à instalação de 11 novas unidades do Restaurante do Bem". Assim, abre-se um crédito especial de R$ 176.558,00 em favor da organização.

Também foi validada em definitivo a proposição nº 8110/25, que concede revisão geral anual da remuneração aos servidores da Defensoria Pública do Estado (DPE). O aumento, de 4,83%, é relativo à data-base de 2025 e vigorará a partir de 1º de maio de 2025.

Igualmente aprovadas em escrutínio final, dois projetos da Mesa Diretora promovem alterações no funcionamento do Legislativo goiano - o de nº 4522/25, que altera a Estrutura Administrativa da Casa de Leis, e o de nº 7605/25, que altera o Regimento Interno.

O Plenário também deu a anuência final ao projeto de lei nº 7902/25, de Coronel Adailton (Solidariedade) e do presidente da Assembleia, Bruno Peixoto (UB), que institui o Dia Estadual da Mulher Motociclista, incluindo-o no Calendário Cívico, Cultural e Turístico goiano.

Gestão estadual da saúde gera debate

O principal tema do Pequeno Expediente foi a gestão do Secretário de Saúde de Goiás, Rasivel dos Reis. Ele compareceria à Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento nesta terça-feira, 15, mas cancelou sua vinda por motivos pessoais, segundo informou o líder do governo na Assembleia, Talles Barreto (UB).

Gustavo Sebba (PSDB) afirmou que uma Organização Social de Saúde (OSS), a Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ), que está à frente de diversos hospitais goianos, teria sido contratada sem o respeito aos trâmites legais e é réu em ações penais por crimes como corrupção e improbidade administrativa. "Está na hora de esta Casa mostrar uma posição, é nossa obrigação fiscalizar", disse, sustentando que o secretário deveria ser convocado e não convidado a comparacer na Casa.

Mesmo sendo da base governista, Amauri Ribeiro fez coro às palavras de Sebba. Quando prefeito de Piracanjuba, afirmou, prestava contas continuamente à Câmara de Vereadores. "Quem não deve não teme. Se o secretário não tem o que temer, não vejo o porquê dessa negativa de prestar esclarecimentos", disse, acrescentando que também gostaria de fazer perguntas a Rasivel, em especial sobre filas na Saúde em Goiás.

Bruno Peixoto defendeu a gestão da Saúde em Goiás. "Nosso governador, Ronaldo Caiado, aplica [na área] mais que o índice constitucional, de 12% do orçamento. Ele aplica 16%", sublinhou. "Na cidade de Posse, não existia acesso à saúde pública com médicos especialistas ou hemodiálise, até que o governo inaugurou lá uma policlínica", exemplificou, mencionando também a inauguração de hospitais e policlínicas em Uruaçu, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Itumbiara. "[Foi] a verdadeira descentralização da Saúde", sintetizou Peixoto.

O presidente ressaltou que o convite precisa respeitar a agenda do secretário. Salientou, ainda, que os requerimentos enviados por deputados foram todos respondidos por Rasivel e que as contas da gestão da Saúde foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). "O que é inadmissível é que o secretário venha aqui para palanque político", disse.

Na discussão de matérias, Mauro Rubem retomou o tema. Ele problematizou as filas em Goiás e questionou a destinação do gasto em Saúde acima do previsto. "É vergonhoso a Secretaria de Estado da Saúde fechar um espaço próprio e pagar aluguel de prédios luxuosos no Centro de Goiânia, como é o caso da Superintendência de Regulação", criticou.

Entre outras falas, Clécio Alves (Republicanos) criticou a gestão do prefeito da capital, Sandro Mabel (UB); Issy Quinan celebrou inauguração da duplicação da GO-010; e Bia de Lima questionou morosidade em decisão do Incra que pode beneficiar 124 famílias em Jataí.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO